



Mapeamento das competências de formadores e programas de formação na área da Economia Social Solidária

Este documento é uma síntese de um relatório de pesquisa focado nas competências de formadores e programas de formação existentes no domínio da Economia Social Solidária, a fim de mapear a situação existente em 6 países europeus (França, Alemanha, Grécia, Itália, Portugal e Romênia). Este relatório (disponível em inglês) é o primeiro produto intelectual resultante do projeto *"SSE VET2 - Strengthening VET trainers' competences and skills"* (setembro de 2019 - agosto de 2021), financiado pelo programa Erasmus+.

Síntese do relatório final

Abril 2019



Cofinanciado pelo
Programa Erasmus+
da União Europeia

Objetivos e metodologia

Um dos principais objetivos do presente projeto é refletir sobre as especificidades do perfil de competências na área da Economia Social Solidária (ESS) de formadores ativos em diferentes áreas da formação profissional. Este projeto explora a possibilidade de integrar essas competências em programas de formação já existentes. Para tal, as organizações e redes que fazem parte do projeto – Alemanha, França, Grécia, Itália, Portugal, Roménia – desenvolveram uma pesquisa exploratória qualitativa sobre os elementos específicos que poderão ser introduzidos no perfil de competências de formadores ajustado aos requisitos da ESS. Assim, no relatório *"Mapping VET trainers' competences and existing SSE training programmes"*, os parceiros procederam a uma análise da situação, com a ajuda e as respostas das pessoas mais preparadas para responder: os/as formadores/as. Entrevistas e pesquisa documental foram utilizadas para a recolha de dados. Esses dados levantam questões importantes para refletir no projeto, sem necessariamente captar uma visão representativa de todas as organizações formativas e da ESS presentes nos países participantes.

A **Economia Social Solidária (ESS)** está enraizada em movimentos sociais que perduram ao longo dos tempos e noutros mais recentes, reunindo uma diversidade de iniciativas locais de produção e distribuição de bens e serviços, que constituem alternativas à economia capitalista dominante. Eles são caracterizados por uma **diversidade de experiências sociais e comunitárias**¹, influenciadas pela história local, cultura e realidades político-económicas. Sob a égide da "Economia Social", a Comissão Europeia reconhece agora **dois milhões de empresas de economia social, representando 10% de todas as empresas da União Europeia**, apoiando assim este movimento de "empresas tradicionais de economia social" destinadas a servir os membros e não a obter retorno sobre o investimento, como fazem as empresas de capital tradicional [...], de acordo com o princípio da solidariedade e mutualidade, e administrar as suas empresas com base no princípio 'um homem, um voto'². Este reconhecimento acontece num contexto particular: também a nível europeu, tornou-se cada vez mais óbvio que o **futuro do trabalho** deve ser articulado com a brutal e inegável **emergência ambiental** e a **crise socioeconómica**. Nessa perspetiva, a ESS é identificada como uma **dinâmica económica que intercede entre a política de desenvolvimento económico e a crise ambiental**. Outro elemento contextual importante do contexto é a **"revolução digital"** que se na Europa se combina com um envelhecimento demográfico.

Ao mesmo tempo, a **Educação e Formação Profissional (EFP)** foi identificada como um instrumento crucial a ser reforçado pelos Estados-Membros europeus, a fim de enfrentar as crises socioeconómicas, em particular o desemprego em massa e, mais especificamente, os jovens NEET³. Como afirmado pelo Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), apesar da diversidade nacional e regional da sua implementação, a EFP é **percebida principalmente como o desenvolvimento de**

¹ Ajuda mútua, sindicatos de trabalhadores, associações no sector artístico e cultural, iniciativas de protecção do clima e do ambiente, agricultura apoiada pela comunidade, co-habitação, apoio aos migrantes, etc.

² Comissão Europeia sobre a Economia Social na Europa: http://ec.europa.eu/growth/sectors/social-economy_en

³ NEET são pessoas jovens que não estudam, não trabalham nem frequentam formação ["Not in Education, Employment, or Training"] (Wikipedia). Ver também as estatísticas europeias do Eurostat : https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Statistics_on_young_people_neither_in_employment_nor_in_education_or_training

“conhecimento, know-how, habilidades e/ou competências requeridas em ocupações específicas ou, mais amplamente, no mercado de trabalho”⁴. Na maioria dos países, a EFP é direcionada predominantemente para jovens, fornecendo qualificações no nível médio de ensino, sendo financiada pelos orçamentos da Educação e coordenada pelos Governos central e regional. Quatro padrões de EFP podem ser identificados: **formação inicial dual ou baseada em trabalho** (por exemplo, Dinamarca, Alemanha ou Áustria); **formação profissional inicial** (por exemplo, Bulgária, Espanha, Malta ou Roménia); **formação complementar** (por exemplo, Irlanda e Reino Unido-Inglaterra); e como (parte da) **aprendizagem ao longo da vida** (por exemplo, França, Itália ou Grécia). As políticas públicas e as instituições de formação têm tentado integrar a perspetiva do futuro do trabalho, orientada para ocupações qualificadas e componentes digitais cruciais. Nesse contexto, as políticas de EFP promovidas e apoiadas pela OCDE e pela OIT, entre outras, destinam-se a fornecer **processos de resiliência no trabalho e uma correspondência de tarefas mais precisa**. De modo a não permitir que os programas de EFP se desviem do **empoderamento que podem proporcionar aos trabalhadores** – e ao mesmo tempo que a flexibilidade exigida pelo mercado de trabalho aumenta a responsabilidade e a pressão sobre os indivíduos – vem sendo desenvolvida uma **abordagem baseada nas capacidades**. Com base na noção proposta por Sen (1999)⁵ e Nussbaum (2000)⁶, estabelece-se um currículo que agrega competências que “vão além dos atributos individuais que muitas vezes são o foco da literatura sobre as capacidades no ensino superior, para considerar as condições sociais, económicas e culturais necessárias para realizar essas capacidades. Esta abordagem na EFP ajudaria os/as formandos/as a tornarem-se autónomos/as, desenvolvendo uma capacidade subjacente que lhes permite concretizar uma série de resultados diferentes”⁷. Além disso, a natureza social e mediada das competências está a ser crescentemente reconhecida. Assim, **a qualificação mudaria de um pacote de competências para uma matriz negociada de padrões ocupacionais a serem articulados de acordo com os indivíduos, capacitando-os na construção do seu caminho profissional num dado ambiente social e cultural**. Acreditamos que a ESS, enquanto movimento de iniciativas de base e autogeridas, integra-se nesta abordagem baseada no desenvolvimento de capacidades. O desenvolvimento da EFP na área da ESS torna-se agora crucial ao fornecimento de uma visão positiva e sustentável sobre o futuro do trabalho e o trabalho decente, conforme declarado pela Organização Internacional do Trabalho.

À primeira vista, nenhuma formação de formadores relacionada com a ESS foi identificada na maioria dos países participantes do projeto (com exceção da França). Contudo, **considerando um amplo campo de conceitos e práticas que crescentemente ganham destaque** – como cooperativas, economia sustentável, consumo e produção responsáveis, comércio justo, agricultura apoiada pela comunidade, sustentabilidade ambiental, comunicação social, agricultura orgânica, tecnologias *open source*, turismo responsável, etc. – **podemos afirmar que a ESS está cada vez mais integrada no campo da educação e formação**. As formações são dirigidas principalmente a indivíduos e organizações já ativos no campo da ESS (ou dispostos a ser). Por vezes, contam com o **apoio de municípios e/ou universidades**, podendo também integrar-se nos planos de formação profissional que as organizações da ESS proporcionam aos seus funcionários. Em todos os países participantes, as **organizações de ESS e o setor sem fins lucrativos** desempenham um papel importante na incorporação da ESS no campo da EFP, particularmente na Alemanha, Portugal e Roménia. As metodologias cooperativas e de aprendizagem entre pares, educação popular e outras metodologias de aprendizagem também estão associadas à ESS. Embora existam competências necessárias para a ESS, estas

⁴ CEDEFOP (2017). *The changing nature and role of Vocational Education and Training in Europe. Volume 2*. <http://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/publications/5564>

⁵ Sen, A. (1999). *Commodities and Capabilities*, OUP India.

⁶ Nussbaum, M. C. (2000). *Women and human development: the capabilities approach*. Cambridge Editions.

⁷ Wheelahan, L., & Moodie, G. (2011). *Rethinking Skills in Vocational Education and Training*. Australia: NSW Department of Education & Communities.

não estão plasmadas em nenhum documento oficial (exceto em França), nem existe um perfil vocacional oficial nesta área na maioria dos países participantes. Não obstante, há algumas ações em curso para a certificação de formadores nesta área específica (França, Grécia e Portugal principalmente) com a ajuda do Estado e de agências oficiais.

Inspirados nas suas experiências e expectativas, **os parceiros do projeto propuseram um perfil geral para formadores na área da ESS**. Aquele baseia-se numa abordagem interdisciplinar que integra três tipos de competências: “Conhecimentos especializados e gerais” (competências cognitivas); “Competências baseadas em valores, sentimentos e orientadas para os relacionamentos” (competências afetivas); e “Competências de ação e comportamento” (competências conativas⁸).

As competências cognitivas podem, então, ser analisadas em duas grandes categorias de conhecimento: especializado e geral. Relativamente ao **conhecimento especializado**, são identificadas as seguintes categorias principais:

- **Fundamentos da ESS:** história, valores e conceitos, variedade de práticas e organizações, contexto socioeconómico-ambiental a nível nacional, europeu e internacional; estrutura e estratégias concebidas por instituições públicas; etc .
- **Enquadramento Sociológico, Antropológico e Económico:** impacto social e ambiental de uma realidade económica; recursos e instrumentos alternativos de sustentabilidade económica (finanças éticas, moedas sociais e mutualismo, abordagem socioeconómica integrada, objetivos políticos, económicos, ecológicos e sociais); capacidade de aprofundar conversas sobre os limites do atual sistema económico e apresentar a ESS como forma de construir práticas económicas alternativas, etc.
- **Tópicos sobre negócios, governança e empresas:** gestão (incluindo tomada de decisões democráticas/horizontais, envolvimento de múltiplas partes interessadas); finanças e contabilidade (social); administração; conhecimento digital; sustentabilidade social e económica; desenvolvimento de produtos e serviços dentro da ESS; conhecimentos relacionados com o enquadramento legal; consciência da dinâmica política; etc.

O **conhecimento geral** também é identificado como significativo (especialmente em Itália, França, Portugal e Alemanha), versando uma **compreensão abrangente do contexto económico e social do território e uma análise das dinâmicas locais**. O/a formador/a deve ensinar processos de mapeamento e transmitir uma compreensão da dinâmica social e económica necessária para **construir e participar em redes e parcerias**. Finalmente, o/a formador/a deve integrar informações sobre os direitos dos trabalhadores e formas híbridas e inovadoras de organizar a vida no trabalho, correspondendo aos princípios das iniciativas horizontais sem fins lucrativos.

Em relação às **competências afetivas**, os académicos ilustram como a personalidade e atitudes dos professores são tão importantes como os conhecimentos e competências pedagógicas. Um **equilíbrio entre conhecimento, capacidades e atitude social** parece ser a mistura perfeita para um curso de formação criativo, inovador e eficiente. A **coerência do perfil/estilo pessoal** do/a formador/a na sua relação com os valores da ESS é particularmente importante, ecoando os fortes princípios da ESS. A atitude inclui confiança e respeito recíproco entre alunos/as/formandos/as e professores/as/formadores/as, empatia com os diversos participantes e seus pontos de vista, e atenção às relações interpessoais, especialmente considerando o facto de que os participantes podem advir de grupos com diversas vulnerabilidades. Os/As formadores/as também devem **compartilhar os valores centrais da ESS**, como solidariedade, responsabilidade, respeito pelos

⁸ Da palavra conação, termo da psicologia que refere o impulso que dá lugar a um acto.

direitos humanos, compromisso com a comunidade e implementá-los explicitamente nas suas técnicas de aprendizagem. A parte empírica é fundamental para motivar os participantes e facilitar uma compreensão profunda dos conceitos. Os/As formadores/as devem **ajudar os/as formandos/as a terem experiências reais, transformando valores em práticas**. Assim, requer-se que estes tenham uma experiência prévia ou atual no campo da ESS, prática de voluntariado ou trabalho em organizações de ESS, de modo a transmitir a partir da própria experiência. Esta experiência permite-lhes também estabelecer uma gestão e governança participativa da formação, envolvendo plenamente todos os participantes.

As **competências conativas**, remetem para a conexão entre o campo dos conhecimentos, sentimentos e atitudes e o campo do comportamento, e versam sobre a motivação e o aspeto proativo do comportamento (o "porquê"). Seguindo Barell (1995)⁹ – que se propõe a ajudar os/as alunos/as em formação a desenvolver as suas atitudes e habilidades relativas à autodireção e à eficácia pessoal – estas competências focam também um conjunto daqueles elementos cruciais. Entre eles, os/as formadores/as devem garantir um **ambiente de comunicação seguro e justo**, compartilhando com os/as formandos/as o desejo de mudança social, de cuidado com as pessoas e de equidade. Sendo entusiastas, praticando uma comunicação não violenta e a escuta ativa, os/as formadores/as devem demonstrar o impacto positivo do trabalho coletivo, incentivando a interação. Este enquadramento permite **facilitar o pensamento prospetivo e complexo**, aprimorando o **pensamento crítico e emancipatório** em relação à perspetiva capitalista/hierárquica/patriarcal, abrindo as perspetivas dos/as formandos/as a possibilidades alternativas. Respeitando a expectativa de transparência, honestidade, integridade, solidariedade e tolerância, os/as formadores/as devem desenhar um **ambiente adaptativo**, potenciando o **trabalho cooperativo e as experimentações**. Por fim, os/as formadores/as devem aproveitar o cenário da formação para o fomento de sistemas abertos (ferramentas para avaliação contínua), integrando a capacidade de levar em conta o **feedback das diferentes partes envolvidas** nos processos de educação e formação.

Os **aspetos metodológicos da formação** são cruciais para proporcionar uma experiência positiva para os/as participantes. Começando com uma **análise das necessidades e expetativas** dos/as formandos/as, as metodologias de aprendizagem devem ser ajustadas para acolher e permitir a participação justa. Muitos/as inquiridos/as da Grécia referiram, neste âmbito, a oportunidade de **co-construção e co-design** do curso de formação juntamente com potenciais formandos/as. A criação de espaços abertos para que todos/as possam participar desde o início, mesmo na estruturação das sessões de formação, contribui para o comprometimento de todas as partes com o processo e as regras das sessões. Todos os parceiros reconhecem a importância de **articular as competências/capacidades individuais às coletivas**, sendo estas últimas as principais no desenvolvimento das organizações da ESS.

O contrato formando/a-formador/a deve incluir uma **forte conexão e vínculo de comunhão** para possibilitar uma experiência transformadora, a **concretização** por meio de tomada de decisões e ações práticas, e a governança consensual das atividades. O **trabalho colectivo** – sem a tradicional divisão do trabalho em subgrupos – é crucial para permitir a aprendizagem cooperativa. Neste sentido, o trabalho de equipa precisa ser substituído pelo trabalho cooperativo, implicando a rotação de papéis entre os elementos do grupo. A **abordagem de aprendizagem ativa e cooperativa** é, assim, obrigatória para ensinar de forma coerente as práticas e conhecimentos da ESS, com base no aprender fazendo e na educação de pares. Articular as expetativas dos/as formandos/as, a aprendizagem ativa e o processo participativo implicam um

⁹ Barell, J. (1995). *Critical issue: Working toward student self-direction and personal efficacy as educational goals*. Oak Brook, IL: North Central Regional Educational Laboratory. Retirado em Maio 2002, de <http://www.ncrel.org/ncrel/sdrs/areas/issues/students/learning/lr200.htm>

processo de *feedback* constante, essencial para o equilíbrio do grupo.

A visão e as práticas da ESS abrem um novo caminho em muitas questões como a Natureza e o futuro do trabalho, o desenvolvimento local, a responsabilidade social, a educação e a formação, etc. Neste sentido, há **muitas oportunidades para uma maior integração da ESS no campo da EFP**. Acima de tudo, **a formação de formadores é necessária**, uma vez que a ESS está cada vez mais presente em várias dimensões do sistema de educação e formação da maioria dos países participantes, mas falta um movimento de formadores experientes e conhecedores, especialmente nas cidades mais pequenas. A formação de formadores poderia ser organizada em articulação com as formações promovidas pelas organizações da ESS para os seus membros (profissionais e voluntários) no âmbito dos seus planos de formação interna. Os programas de formação focados na ESS poderiam ser fornecidos em colaboração com as autoridades locais e os municípios, formando plataformas educacionais para colaboração entre indivíduos, organizações e redes de apoio ao desenvolvimento de ESS. Existe também a necessidade de certificação europeia das competências não académicas no campo da Economia Social. Neste contexto, e com exceção de França, as práticas mais transformadoras da Economia Solidária são quase sempre invisíveis e, portanto, desconhecidas nos programas de formação e na vida quotidiana. Simultaneamente, os movimentos da ESS enfrentam a confusão e a incompreensão do público em geral devido ao uso enganoso de conceitos de ESS por lucrativas campanhas de *marketing* de empresas e grupos multinacionais.

É necessário atuar sobre estas oportunidades e constrangimentos para desenvolver currículos de EFP orientados para a divulgação e promoção da ESS e superar a atual inadequação dos padrões ocupacionais, tendo em consideração a **variedade de competências** e a **diversidade de caminhos profissionais** que estão no centro da expansão da ESS, alcançando todos os potenciais formandos.

A ESS conecta diferentes experiências, e pode fortalecer-se enquanto **movimento de *advocacy* para influenciar as políticas públicas em questões de sustentabilidade ambiental e social**, oferecendo uma oportunidade para **aumentar a consciencialização** neste domínio e **agir para a mudança de paradigma** para uma **economia transformadora**.

Coordenação e Edição do Relatório:

Georgia Bekridaki e Elena Tzamouranou (DOCK – Grécia)

Co-Autores:

Georgia Bekridaki e Elena Tzamouranou (DOCK – Grécia)

Sofia Mora e Sofia Pereira (APDES – Portugal)

Mihaela Vetan (CRIES – Roménia)

Josette Combes e Bruno Lasnier (MES – França)

Laura Aufrère e Jason Nardi (RIPESS Europe)

Soana Tortora e Chiara Bonifazi (Solidarius – Itália)

Günther Lorenz (TechNet – Alemanha)

O relatório alvo desta síntese foi desenvolvido no âmbito do projeto “SSE VET2 - Strengthening VET trainers’ competences and skills” (Contrato número 2018-1-PT0-KA202-047501)

O acesso a este relatório é livre e estará disponível através da Plataforma de Resultados do Projeto Erasmus+ - <http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/projects/> - após a conclusão do projeto, bem como nos websites dos parceiros do projeto.

O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um endosso do seu conteúdo, que reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas.

Parceiros



www.apdes.pt



www.dock.zone



www.cries.ro



www.le-mes.org



www.ripesseu.net



www.solidariusitalia.it



www.technet-berlin.de

